

Políticas públicas de convivência com o semiárido: a economia solidária como alternativa no sertão paraibano

Adrielle Mercia Souza de Assis

Curso de Especialização em Gestão Pública / Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/Campus Patos)

Felipe César da Silva Brito

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Recebido: 15/01/2020 Versão revisada (entregue): 28/04/2020 Aprovado: 19/05/2020

Resumo

Sabe-se que o semiárido brasileiro é uma região que enfrenta, constantemente, longos períodos de estiagem, de forma que, no último século, devido a este fenômeno, a gestão pública foi estimulada a formular políticas de convivência com o clima do sertão nordestino. Nesse sentido, este estudo objetivou avaliar as ações desenvolvidas em um município da Paraíba para a convivência com o semiárido, considerando a economia solidária como uma alternativa. Metodologicamente, a pesquisa se caracteriza como qualitativa na interpretação dos resultados e adotou a estrutura de um estudo de caso exploratório. Os dados foram coletados mediante entrevistas semiestruturadas aplicadas a gestores municipais nos anos de 2018 e 2019. Os resultados permitiram concluir que a economia solidária ainda não é tida como uma estratégia de convivência pela gestão municipal e que, no momento, em função do longo período de estiagem que a região tem passado, a equipe administrativa do governo tem focado suas ações no desenvolvimento de políticas de enfrentamento, a fim de solucionar o problema mais urgente da população, que é a escassez hídrica.

Palavras-chave | Paraíba; políticas públicas; semiárido; economia solidária.

Código JEL | P48 Q54 R58

Public policies of coexistence with the semiarid: solidarity economy as alternative in the Paraíba backlands (Sertão da Paraíba)

Abstract

It is known that the Brazilian semi-arid region is a region that faces, constantly, long periods of drought, so that, in the last century, this phenomenon stimulated the governmental authorities to elaborate public policies to live with the northeastern backlands climate. Thereby, this research aimed to evaluate the actions developed by the public management of a municipality in Paraíba to live with the semi-arid region, handling to the solidarity economy as a possibility.

Methodologically, the research is characterized as qualitative in the interpretation of the results and adopted the structure of an exploratory case study. The data were collected through semi-structured interviews applied to the municipal managers in the years 2018 and 2019. The results allowed us to conclude that the solidarity economy is not yet considered as a semiarid coexistence strategy by the municipal administration. And that, at the moment, due to the long drought seasons, the administrative team has focused its actions on developing policies of confrontation, in order to solve the most urgent problem of the population, which is the water shortage.

Keywords | Paraíba; public policies; semiarid; solidarity economy.

JEL-Code | P48 Q54 R58

Políticas públicas de convivência com o semiárido: a economia solidária como alternativa em o interior de Paraíba

Resumen

Se sabe que el semiárido brasileño es una región que enfrenta, constantemente, largos períodos de sequía, por lo que, en el último siglo, debido a este fenómeno, la administración pública fue estimulada a formular políticas de convivencia con el clima del interior del noreste. De esta manera, este estudio tuvo como objetivo evaluar las acciones desarrolladas en un municipio de Paraíba para la convivencia con el semiárido, considerando la economía solidaria como una alternativa. Metodológicamente, la investigación se caracterizó como cualitativa en la interpretación de los resultados y adoptó la estructura de un estudio de caso exploratorio. Los datos fueron recolectados a través de entrevistas semiestructuradas, aplicadas a gerentes municipales en los años 2018 y 2019. Los resultados permitieron concluir que la economía solidaria (aún) no se considera como una estrategia de convivencia por la gestión municipal; además que, en este momento, en función del largo período de sequía que ha pasado la región, el equipo administrativo del gobierno ha enfocado sus acciones en el desarrollo de políticas de enfrentamiento, en busca de solucionar el problema más urgente de la población, que es la escasez de agua.

Palabras clave | Economía solidaria; Paraíba; políticas públicas; semiárido.

Código JEL | P48 Q54 R58

Introdução

O semiárido brasileiro é uma região que enfrenta períodos secos com frequência. A seca pode ser descrita como um fenômeno natural que ocorre, especialmente, em áreas que apresentam ecossistemas frágeis, os quais são marcados por processos hidroclimáticos e geológicos específicos (SILVA; NOBRE, 2016).

Dentre suas principais características, estudiosos citam a redução e a irregularidade das precipitações pluviométricas.

A percepção de que a condição climática do semiárido nordestino é tida como o fator preponderante em relação à sua estagnação econômica e aos baixos níveis de desenvolvimento ainda prevalece no âmbito nacional, embora tal conjuntura possa ser interpretada como um reflexo do modo pelo qual as políticas públicas foram implementadas nesse espaço, com maior enfoque no combate à seca e não na convivência com o bioma.

Baptista e Campos (2013, p. 53) confirmam esta concepção quando afirmam que a política básica desenvolvida em função do semiárido vem sendo fundamentada na ideia de combate à seca, por meio de ferramentas “como os carros-pipa, a escavação de açudes em terras dos mais ricos”, fortalecendo, assim, a indústria da seca e criando a “concentração da terra, da água, do saber, do poder e o aumento crescente da fome e da miséria no semiárido”.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) se enquadra na lógica de enfrentamento à seca. Como sendo uma proposta antiga, o PISF é justificado em função da sua possibilidade de garantia hídrica para o abastecimento humano e animal no território receptor. Convém mencionar que, apesar de sua importância, o projeto levanta diversas polêmicas entre aqueles que o consideram uma solução e os que o enxergam como um problema (CARDOSO JÚNIOR, 2010).

Contudo, o discurso de “acabar com a seca” está ultrapassado (MALVEZZI, 2007), uma vez que a região semiárida do Nordeste é a mais chuvosa do mundo¹ e, com a utilização de tecnologias adequadas e o desenvolvimento de políticas que beneficiem a população, é viável que se viva dignamente nesse espaço (SILVA; NOBRE, 2016; ANDRADE, 1993).

É com esse intuito que a concepção de convivência com a seca surge. Para Cunha e Paulino (2014), esta percepção é uma crítica às formas de interação com o território do semiárido. Conviver com a semiaridez quer dizer viver, produzir e se desenvolver em uma lógica que valoriza a partilha, a equidade e a justiça, atentando-se à conservação da natureza (BAPTISTA; CAMPOS, 2013), a fim de atingir o desenvolvimento sustentável.

Uma estratégia para que a população residente na região do semiárido brasileiro possa conviver com a seca é o emprego da economia solidária como um novo meio de produção. Raposo (2014, p. 29) afirma que a lógica solidária se baseia em valores democráticos, de reciprocidade e de igualdade.

¹ Conforme a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil, 2020), enquanto nas demais regiões semiáridas do planeta o índice pluviométrico anual varia entre 80 a 250mm, o semiárido nordestino apresenta uma média de 200 a 800mm ao ano, o que o torna o mais chuvoso do planeta.

Entretanto, é relevante mencionar que a criação de políticas públicas capazes de fortalecer a economia solidária é fundamental para que a população venha desfrutar dos seus benefícios, especialmente na Região Nordeste. Nesse sentido, Rosa (2013) afirma que, ao passo que esse conceito se fortifica no corpo social, os governos têm se engajado em desenvolver planos e programas que consolidem os empreendimentos solidários.

Logo, observando-se a literatura da temática estudada, traçaram-se as seguintes questões norteadoras desta pesquisa: (i) quais são as atuais políticas de convivência implementadas pela gestão do município estudado no que diz respeito à temática da seca e quais são os seus efeitos para o desenvolvimento local?; (ii) a economia solidária é observada como uma possível política de convivência com o semiárido na localidade estudada?

Dessa forma, esta pesquisa teve como objetivo geral avaliar as ações desenvolvidas pela gestão pública de um município do Sertão paraibano para a convivência com o semiárido, considerando a economia solidária como uma possível alternativa. Justifica-se o estudo em função da escassez de pesquisas que tratem acerca das políticas de convivência com a seca no semiárido, bem como dos seus efeitos para o desenvolvimento local.

Os resultados poderão contribuir com informações sobre o atual estado das políticas públicas de economia solidária no município, permitindo, assim, que os gestores tenham condições de tomar decisões mais adequadas ao contexto local e, conseqüentemente, trazer benefícios à sociedade civil.

Referencial teórico

A questão hídrica no Nordeste

A escassez hídrica na Região Nordeste é uma questão que ultrapassa séculos. Conforme Bezerra (2016), esse espaço é uma área caracterizada pela tendência a longos períodos de estiagem, os quais são responsáveis por inúmeras adversidades que atingem a sociedade e o meio ambiente.

Para Silva e Nobre (2016), o Nordeste brasileiro se manifesta como um espaço composto por infortúnios de cunho econômico e social, que foram atribuídos ao problema climático. As secas são definidas pelo retardamento das precipitações ou pela sua ocorrência abaixo do valor mínimo indispensável à sobrevivência do ecossistema, sendo gerada tanto por aspectos climáticos (como altitude, latitude e correntes marítimas), quanto por ação humana (BEZERRA, 2016).

Sendo assim, observa-se que o semiárido nordestino é historicamente uma área afetada por períodos de escassez hídrica, o que tem gerado problemas econômicos, ambientais e sociais nesse espaço. Entretanto, apesar de possuir uma

imagem de atraso econômico e de ser uma região caracterizada pela fome e pela miséria, Silva (2003) afirma que tal ilustração é fruto dos interesses políticos das elites locais, as quais justificavam as mazelas sociais do Nordeste como resultado das suas condições naturais e do seu clima desfavorável.

Numa observação histórica, Campos (2014) reconhece que a maioria das ações governamentais elaboradas para a região semiárida, no século passado, objetivou o combate à escassez hídrica. Todavia, o mesmo autor relata que tais políticas públicas só começaram a ser formuladas quando o governo admitiu que a seca era um tema de repercussão nacional, fato que só ocorreu após a Grande Seca de 1877 a 1879, a qual levou à morte centenas de milhares de pessoas.

Porém, é a partir de 1888 que, para Campos e Studart (2001), o debate para a resolução da escassez hídrica tornou-se mais proveitoso, gerando três linhas de possíveis intervenções: a adepta à açudagem e à irrigação; a simpatizante com a transposição do Rio São Francisco; e as favoráveis à promoção de mudanças no perfil econômico regional, que propunham resoluções pontuais de impacto.

Logo, durante muito tempo, especialmente durante os períodos colonial e imperial, percebeu-se a existência de um discurso voltado para a elaboração de políticas públicas que combatam a seca, as quais, cabe lembrar, geraram construções faraônicas que favoreceram, em sua grande maioria, as grandes elites, em vez de ações que ensinassem o sertanejo a conviver com a escassez hídrica. É somente a partir da década de 1990 que ações que estimulam a convivência com o semiárido passaram a ser implementadas pela gestão pública.

Para Silva (2003), a lógica de combate à seca é reducionista e acaba resultando na manutenção da miséria. O autor ainda afirma que tal discurso trabalha como uma estratégia de controle de uma região que, com raras exceções, não se enquadra ao modelo desenvolvimentista que é predominante no país.

Por outro lado, a convivência com a seca no semiárido também é um tema recorrente nos debates acerca da escassez hídrica no Nordeste de forma que uma nova corrente política e econômica dessa região enxerga o clima como um aliado, desde que sofra as devidas adaptações tecnológicas (SILVA; NOBRE, 2016).

Essa lógica enxerga a viabilidade econômica do espaço sertanejo, a inteligência e a capacidade de sua população, além da sua riqueza natural. Dessa forma, apresenta uma proposta de desenvolvimento condicionada à manutenção de um relacionamento respeitoso entre o ser humano e a natureza que o cerca, bem como à elaboração de políticas públicas adequadas (BAPTISTA; CAMPOS, 2013). Sendo assim,

A convivência manifesta uma mudança na percepção da complexidade territorial e possibilita resgatar e construir relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, tendo em vista a melhoria da qualidade

de vida das famílias sertanejas. Esta nova percepção elimina “as culpas” atribuídas às condições naturais e possibilita enxergar o Semiárido com suas características próprias, seus limites e potencialidades. Nesse sentido, o desenvolvimento do Semiárido está estreitamente ligado à introdução de uma nova mentalidade em relação às suas características ambientais e a mudanças nas práticas e no uso indiscriminado dos recursos naturais (CONTI; PONTEL, 2013, p. 27).

Observa-se que as lógicas de combate e de convivência com o semiárido são opostas e atendem a interesses distintos. Campos e Studart (2001) reconhecem que a ideia da transposição das águas do Rio São Francisco surge como um meio de combater a seca da região Nordeste.

Todavia, o discurso de combate às secas está centrado em uma perspectiva utilitarista da natureza, a qual gera uma noção de que a condição desfavorável da população sertaneja é culpa do clima e fortalece os meios que encobrem as questões estruturais que geram essa conjuntura desastrosa (SILVA, 2003). Como o Projeto de Integração do Rio São Francisco surge nesse contexto, é importante entender um pouco mais acerca desta temática.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) é um dos maiores investimentos em infraestruturas hídricas do país. De acordo com a Agência Nacional de Águas (BRASIL, 2018), o PISF objetiva assegurar a garantia de acesso aos recursos hídricos no agreste e no Sertão dos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. A instituição ainda ressalta que o projeto também possui a finalidade de promover o desenvolvimento desses territórios.

No entanto, apesar de ser uma obra de indiscutível relevância para a região Nordeste, o PISF tem gerado consequências econômicas, sociais e ambientais nesse território. Lima (2013) afirma que a integração do Rio São Francisco tem sido amplamente criticada em função dos impactos que tem gerado nos seus espaços de implementação. O Relatório de Impacto Ambiental (BRASIL, 2004) indica a existência de 44 impactos – positivos e negativos – do projeto na região em que está sendo executado.

Entre os resultados favoráveis, pode-se citar a melhoria da qualidade de vida da sociedade, em função dos maiores investimentos em saneamento básico e da elevação dos níveis das atividades produtivas dependentes de recursos hídricos; a gradual diminuição das migrações da população rural, especialmente, para as outras regiões do país; e a redução dos gastos públicos em ações emergenciais para mitigar os efeitos da seca no Nordeste (BRASIL, 2004).

Todavia, Sousa e Ribeiro (2014) apontam que a obra também possui inúmeros impactos negativos, os quais atingem principalmente a população mais pobre, como a desapropriação e a consequente perda de identidade territorial, o aumento de problemas na saúde na região de sua implantação e a degradação ambiental.

Além disso, cabe mencionar o aumento dos gastos relativos à obra, uma vez que o valor previsto para sua construção era de R\$ 4,5 bilhões (CASTRO, 2011). Já em 2018, conforme a Controladoria Geral da União (BRASIL, 2017), o custo da transposição alcançou a quantia de, aproximadamente, R\$ 9 bilhões, sem incluir os investimentos adicionais que deverão ser feitos para que as águas sejam disponibilizadas às regiões mais afastadas do canal, sendo o orçamento final equivalente a cerca de R\$ 20 bilhões.

Nesse contexto, convém ressaltar que a população, quando integrada, possui força suficiente para cobrar da gestão pública a elaboração de políticas públicas que promovam o bem-estar da coletividade. É indispensável, portanto, que a sociedade civil e a gestão pública trabalhem de maneira conjunta, por meio de ferramentas de governança, a fim de que o PISF gere as transformações sociais para as quais foi criado.

Gestão pública, bem-estar social e políticas públicas

A administração pública é a entidade do Estado responsável pela prestação dos serviços públicos à sociedade. Nascimento (2000) afirma que ela é um domínio administrativo em uma conjuntura política responsável pelas tomadas de decisões relativas às políticas de governo e efetivadas pelos detentores do poder.

A fim de que as necessidades da população sejam efetivamente atendidas, o Estado deve se articular para a elaboração de políticas públicas. Souza (2006) afirma que não existe uma definição exata para o termo “política pública”, fazendo referência a diversas conceituações acerca do mesmo:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (SOUZA, 2006, p. 24).

Percebe-se que a motivação do governo para a elaboração de uma política pública é a necessidade de se resolver uma questão de ordem coletiva (SECCHI, 2013). Logo, seus conceitos estão sempre relacionados às ações por meio das quais o

Estado intervém na realidade (ROSA, 2013). Deduz-se, então, que a política pública nada mais é do que a postura que a administração adota frente a um problema que afeta a vida de determinado grupo social.

Outro fator a ser considerado neste tópico é o ciclo de políticas públicas, isto é, uma abordagem que decompõe a política em diversas etapas, a fim de que formem uma sequência lógica para análise (DIAS; MATOS, 2017). Assim, o ciclo é uma maneira de enxergar e interpretar a ação do governo em séries organizadas de forma interdependente (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015).

A maior parte dos autores não concorda no que diz respeito ao número de fases do ciclo de políticas públicas. Frey (2000) cita cinco etapas: identificação e definição de problemas; agenda; formulação de programas e de decisão; implementação de política; mensuração dos impactos; e correção dos possíveis desvios. Já Souza (2006) divide o ciclo em seis estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

No entanto, mesmo diante da clara utilidade que a teoria dos ciclos da política pública apresenta, é necessário fazer uma ressalva: o processo prático de elaboração de uma política é dinâmico e, nem sempre, seguirá todas as fases ou será sequenciada como propõe a literatura (FREY, 2000; SECCHI, 2013).

Além do que já foi exposto, é importante destacar que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, todos autônomos, conforme os termos constitucionais (BRASIL, 1988). Percebe-se que a gestão pública, independentemente do seu modelo, é compartilhada entre as três esferas que constituem o estado brasileiro.

Veloso et. al. (2011) afirmam que, nas últimas três décadas, a administração pública municipal tem se tornando uma temática recorrente na elaboração e na execução das políticas brasileiras. O município, de forma particular, integra a federação do Brasil, de acordo com a Constituição Federal de 1988, detendo autonomia financeira, política e administrativa (KLERING *et al.*, 2011).

Para Nascimento (2000), à administração pública municipal competem as atividades específicas, que não são responsabilidade da União nem dos estados. O autor ainda ressalta que as atribuições municipais dizem respeito às matérias de caráter social, sendo tais funções renovadas constantemente para se adequarem às necessidades da população.

Isto posto, percebe-se a relevância estratégica que os municípios possuem para o atendimento das necessidades coletivas e para o desenvolvimento regional, conforme afirmam Klering *et al.* (2011):

O papel central do poder executivo de um município é de proporcionar, em consonância com os outros níveis de governo, maior qualidade de vida para os seus munícipes, via atuação de forma direta (pela hierarquia de seu aparelho administrativo) ou descentralizada, podendo esta atuação indireta dar-se por meio de administração indireta de entidades relacionadas, ou através de ações governamentais (projetos, programas e atividades), organizadas em forma matricial ou de rede (KLERING *et. al.*, 2011, p. 37).

Observa-se que, além de constituírem entes federativos, responsáveis por planejar políticas e organizar recursos, os municípios possuem a função primordial de promover a qualidade de vida dos seus munícipes, por meio da atuação dos poderes executivo e legislativo. Dessa forma, é imprescindível que se busque conhecer mais profundamente a forma de organização das gestões municipais, a fim de que se possa otimizar a eficiência e a eficácia das políticas públicas nacionais (VELOSO *et. al.*, 2011).

Assim como as demais esferas do Estado, os municípios possuem grande parcela de responsabilidade na promoção do bem-estar social, através de políticas públicas que gerem não somente o crescimento econômico, mas também o desenvolvimento sustentável do seu território. Nessa perspectiva, a economia solidária tem chamado a atenção do poder público, por se apresentar como um meio de desenvolvimento local e, à medida que se fortalece na sociedade, estimula a criação de políticas públicas que fomentem a geração de empreendimentos solidários (ROSA, 2013).

Economia solidária

A economia solidária é um tema cada vez mais debatido na esfera acadêmica. Singer, Silva e Schiochet (2014) a conceituam como um novo modo produtivo, no qual a propriedade dos meios de produção é coletiva. Raposo (2014) afirma que a economia solidária pode ser descrita como uma alternativa de produção capaz de se opor ao capitalismo em função da natureza de sua estrutura, que se organiza a partir da associação de trabalhadores. Lisboa (2005) faz algumas observações importantes acerca desse sistema:

Não estamos [...] nos referindo a um setor não mercantil e não monetário, como a economia da dádiva. Também não estamos falando dum setor não lucrativo, como o terceiro setor. O aspecto central da economia solidária não é a sua não-lucratividade, até porque a sua dimensão do lucro - ainda que renomeado como resultado, sobras ou excedente - está presente nas suas expressões mercantis (LISBOA, 2005, p. 109).

O autor ainda afirma que uma das singularidades da economia solidária reside no fato de que, apesar de seus empreendimentos estarem inseridos no mercado, a busca pelo lucro máximo não é o seu objetivo maior. Percebe-se que a lógica solidária se pauta na distribuição daquilo que é auferido coletivamente entre os membros de determinada organização, apresentando-se como uma possibilidade de resistência ao sistema de capital, e na gestão coletiva da produção.

Segundo Cançado (2016), os empreendimentos solidários se apresentam geralmente como cooperativas, mas podendo assumir outros formatos como clubes de troca e bancos comunitários. Já Lisboa (2005) amplia esse leque e ressalta que:

A expressão economia solidária designa inúmeras experiências que incluem formas diversas de agricultura familiar; assentamentos do MST; empresas industriais ou rurais recuperadas por meio da autogestão; cooperativas; redes de catadores e recicladores; redes nacionais e internacionais de comércio justo; incubadoras de empresas; cooperativas populares; inúmeras experiências de finanças solidárias; clubes de trocas e as economias indígenas e dos quilombos (LISBOA, 2005, p. 109).

Dentro desse contexto, verifica-se a diversidade de formas que os empreendimentos solidários podem assumir e se levanta uma discussão essencial acerca da importância do apoio de instituições públicas e privadas para o desenvolvimento pleno da economia solidária no Brasil. Raposo (2014) afirma que, para o alcance de tal objetivo, as suas políticas devem estar alinhadas com o estímulo ao comércio justo e ao consumo, firmados na autogestão e na solidariedade.

Pode-se entender, a partir dessas perspectivas, que os empreendimentos solidários são agentes de fundamental importância para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável. Singer, Silva e Schiochet (2014) afirmam que a consolidação e a expansão da economia solidária dependem do reconhecimento dos seus potenciais na agenda de desenvolvimento nacional, de forma que haja a viabilização de um contexto propício para a sua formalização, por meio da atualização, da otimização e da constituição de leis e artifícios que facilitem a implementação de empreendimentos solidários no país.

Para construir uma economia mais justa, é imprescindível recompor o “paradigma econômico a fim de romper com o móvel da cobiça e com o ídolo do mercado” (LISBOA, 2005, p. 112). A participação da gestão pública no processo de fortalecimento da economia solidária no Brasil é indispensável e se faz essencial, tendo em vista os resultados positivos que a mesma apresenta no processo de superação das desigualdades sociais. Na sequência deste estudo, serão

apresentados os aspectos metodológicos empregados para concretização da pesquisa.

Procedimentos metodológicos

No que diz respeito à abordagem do problema, o presente estudo possui uma natureza qualitativa, tendo em vista que está centrado no entendimento e na explicação da dinâmica das relações sociais (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). Nesse contexto, a pesquisa denomina-se exploratória, já que está restrita à elaboração de objetivos e à busca de informações acerca do assunto estudado (CERVO, 2007).

Babbie (1986) afirma que a maioria dos estudos sociais é realizada para explorar um tema a fim de tornar o pesquisador mais familiarizado com o tópico. Assim, essa abordagem é geralmente adotada quando o conteúdo da investigação é relativamente novo ou quando o cientista explora um campo do conhecimento desconhecido para si.

Por isso, optou-se por utilizar o método do estudo de caso, pois esta técnica é indicada quando se deseja entender, de forma profunda, um fenômeno da realidade, o qual apresenta importantes condições contextuais a serem consideradas, as quais lhe são inerentes (YIN, 2010). Nessa perspectiva, ainda podemos apontar que o estudo de caso é preferível na análise de eventos contemporâneos, nos quais comportamentos essenciais não são passíveis de manipulação.

A execução do estudo foi centrada em um município da Paraíba, que está localizado no extremo oeste do estado, na microrregião de Cajazeiras. Rolim (2014) afirma que a população do município, conforme o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, era de 19.096 habitantes, dos quais 10.795 se encontravam na zona urbana e 8.301, na rural. Conforme os dados mais recentes do IBGE (2020), o número estimado da população, no ano de 2019, era de 20.251 pessoas.

A economia municipal, por sua vez, é fundamentada na agropecuária, especialmente na criação de rebanhos bovinos, os quais são destinados ao corte para o consumo da população interna (ROLIM, 2014). Por se tratar de uma cidade situada no semiárido nordestino, especificamente na região do polígono das secas, o município em questão é um dos pontos estratégicos do Projeto de Integração do Rio São Francisco, uma vez que, como afirma Gonçalves (2014), seu território servirá de bacia receptora das águas da transposição.

Os dados da pesquisa foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas. Os pesquisadores costumam recorrer às entrevistas sempre que verificam a

necessidade de coletar dados que não estão disponíveis em registros ou em documentos, além das situações em que se deseja complementar as informações extraídas de fontes diversas (CERVO, 2007).

Assim, para a concretização deste estudo, três sujeitos foram entrevistados, todos representantes da gestão pública municipal, os quais podem ser identificados na presente pesquisa a partir das siglas E1, E2 e E3. A aplicação das entrevistas ocorreu entre os anos de 2018 e 2019. Por último, para o tratamento dos dados coletados, utilizou-se a análise de conteúdo, a qual consiste em:

[...] uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum (MORAES, 1999, p. 2).

Observa-se que a análise de conteúdo permite uma leitura aprofundada dos dados e, conseqüentemente, traz maior consistência aos resultados da pesquisa. Assim, este método possibilitou uma melhor compreensão acerca do fenômeno estudado, cujos dados são apresentados a seguir.

Resultados e discussões

Este estudo esteve centrado na identificação de possíveis políticas de convivência com o semiárido no município descrito anteriormente. Para Silva (2003), estas ações são conceituadas como aquelas que estimulam a adoção de uma postura proativa frente ao fenômeno natural da seca, de forma que as suas potencialidades sejam aproveitadas de maneira sustentável, a fim de satisfazer as necessidades humanas.

Quando questionado acerca da existência de políticas orientadas para tal fim no município, o entrevistado E1 afirmou que existem projetos em desenvolvimento relativos a este tipo de ação, mas que não há nada concreto ainda, capaz de gerar algum impacto para a sociedade.

E1: [...] a menina dos meus olhos, que me faz querer melhorar cada dia, é a convivência com a seca [...] *O impacto imediato da política pública [...] de convivência com a seca ainda não (existe), por que ela realmente vai demorar... Não é todo mundo que acredita, não é todo mundo que quer utilizar... É uma coisa cultural [...] e a gente sabe que pra mudar cultura... Não é da noite pro dia, né... [grifo nosso]*

Percebe-se que existe, na fala do entrevistado, uma ânsia por desenvolver políticas que sejam capazes de estimular o sertanejo a aprender a melhor manejar a natureza que o cerca, mas que tais ações ainda são impossibilitadas por diversos fatores, como a urgência no enfrentamento dos efeitos da seca:

E1: a gente *viu a necessidade urgente [...] da gestão era levar água a quem tava precisando.* [grifo nosso]

No trecho acima, é possível observar que o foco da gestão nesses últimos anos tem sido a resolução do problema referente à distribuição de água nas zonas urbana e rural do município. Além disso, o secretário cita outro aspecto que tem impedido o desenvolvimento de políticas de convivência: o fator cultural, ou seja, a resistência da população em aceitar novas propostas de produção agropecuária e de racionalização hídrica.

Tal percepção é confirmada por Baptista e Campos (2013), os quais alegam que o semiárido não é um território improdutivo, pois a precipitação pluviométrica desse espaço, embora não seja não abundante, é suficiente para garantir a vida. Nessa perspectiva, o problema reside no fato de que, nesse espaço, não existe uma cultura que condicione os indivíduos a guardarem aquilo que é produzido em tempos de abundância, para os períodos de privação. Assim:

A perspectiva da convivência requer e implica um processo cultural, de educação, de uma nova aprendizagem sobre o meio ambiente, dos seus limites e potencialidades. Requer a constituição de novas formas de pensar, sentir e agir de acordo com o ambiente no qual se está inserido. Ou seja, a convivência envolve a percepção da complexidade e requer uma abordagem sistêmica do semiárido brasileiro possibilitando a compreensão das dimensões geofísica, social, econômica, política e cultural (SILVA, 2003, p. 378).

Portanto, verifica-se que as políticas de convivência podem ser potencializadas por meio da tomada de consciência do sertanejo de que existem formas alternativas de produção no semiárido, sendo uma delas a economia solidária. Para Raposo (2014), a lógica solidária surge da união dos esforços e das capacidades, bem como mediante a responsabilidade solidária e a partilha dos resultados e propriedades, em função dos interesses comuns sociais.

Nesse sentido, o estudo também buscou verificar a possibilidade de existência de políticas públicas que fomentem o emprego da economia solidária como uma estratégia de convivência com o clima semiárido. Quando questionados acerca da

existência de ações deste cunho no município, os entrevistados responderam que a gestão tem buscado desenvolver cooperativas de beneficiamento do algodão e de produção de leite, mas que tal projeto encontra-se estagnado em função dos problemas relativos à gestão hídrica municipal, os quais não foram absolutamente solucionados com a adoção das políticas de enfrentamento.

E1: *as cooperativas sofreram um pequeno abalo por causa dessas secas [...], mas a gente já vem retomando esse trabalho com o algodão [...] e com a bacia leiteira... A gente já vem retomando essas [...] frentes com esse pessoal pra justamente melhor produzir pra zona rural... [grifo nosso]*

E3: *[...] nós ainda ficamos travados um pouco nesse projeto com a parte hídrica... mas, quando chegar (a água), se Deus quiser, a gente acredita que vai dar certo. [grifo nosso]*

No entanto, além deste projeto relativo à criação de cooperativas para produção de culturas que são tradicionais do município, não seria prudente afirmar que existem outras políticas que estimulem a economia solidária no âmbito municipal. Na realidade, por meio de uma análise extensa das transcrições das entrevistas, é perceptível que os gestores confundem, de certa forma, o crescimento e o desenvolvimento econômico com a lógica solidária.

Para que se entenda tal constatação, é necessário, inicialmente, esclarecer que, segundo os entrevistados, existe hoje, no município, uma prática econômica ainda informal que movimenta cerca de três mil postos de trabalho na cidade: o crediário. Popularmente conhecida como “furadinha”, esta atividade consiste na venda ambulante de artigos de confecções em geral.

Ocorre que, conforme Cover (2015), tal prática econômica gera problemas de grandes dimensões relativos à informalidade no trabalho. Assim, os indivíduos podem passar anos exercendo tal profissão sem ter um instrumento jurídico formal capaz de garantir os seus direitos fundamentais no futuro. Ocorre que, para os entrevistados, o desenvolvimento da economia solidária seria o fortalecimento dessa atividade, com mudanças rigorosas na forma como a mesma se desdobra:

E1: *[...] da economia solidária a gente tá desenhando ai conjuntamente com o Sebrae... Existe um programa ai chamado a “Casa do Empreendedor” que se cumula com um projeto chamado “Prefeito Empreendedor” [...] que é que a gente tá tentando desenvolver? A região é muito forte aqui economicamente numa coisa que aqui é apelidado de furadinha, só que pra você entender melhor são aquelas equipes de crediário... A gente tem aqui em toda a região do sertão da Paraíba mais ou menos 8 mil postos diretos de trabalho nesse tipo de economia e eles trabalham vendendo roupa, lingerie, confecção em geral de toda a América Latina... A gente vai fazer um trabalho de economia solidária com esse pessoal...*

A gente tá trazendo o Sebrae pra desenvolver, pra treinar, pra qualificar esse pessoal e inclusive, futuramente, com a orientação das fábricas... [grifo nosso]

Observa-se que o secretário tem a intenção de fortalecer uma atividade econômica já estabelecida no município, mas orientando a população para a formalização do trabalho e para qualificação do pessoal, por meio de uma parceria desenvolvida entre a gestão pública e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

O primeiro projeto citado pelo gestor tem como finalidade o incentivo à formalização de negócios que se adequem aos critérios determinados pela Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, além de oferecer serviços aos microempreendedores individuais (MEI). Já a iniciativa chamada “Prefeito Empreendedor” é um programa de reconhecimento aos prefeitos e gestores regionais que elaboraram ações destinadas ao desenvolvimento de pequenos negócios no município, desde que haja resultados comprovados de tais atividades.

É importante ressaltar que, a partir deste projeto, a gestão pública da localidade estudada fomenta o empreendedorismo local e a criação de novos negócios, o que é fundamental para a economia do município. Todavia, tal política pode não se qualificar como uma ação de estímulo à economia solidária, uma vez que:

[...] a economia solidária deve ser difundida como uma proposta de nova ordem social, em harmonia com técnicas de trabalho cooperado, de consumo consciente e de convivência com a capacidade de resiliência do meio ambiente (PEREIRA; OLIVEIRA; GONÇALVES, 2015, p. 179).

Verifica-se que o princípio norteador da economia solidária é a cooperação e que, de acordo com Singer, Silva e Schiochet (2014), o poder público pode incentivar os indivíduos que pretendem investir em empreendimentos solidários de diversas maneiras, como por meio da disponibilização de assessoria técnica, do estímulo à formação de bancos comunitários e de cooperativas de crédito, a fim de que a comunidade possa reinvestir os excedentes desses negócios em outras atividades e passar a depender menos das autoridades governamentais.

Então, mesmo que haja um forte estímulo ao empreendedorismo local, tal política não pode ser qualificada como de economia solidária, pois não existe uma perspectiva, na fala dos gestores, para o desenvolvimento de cooperativas ou associações que desempenhem tais atividades, mas, sim, para a organização de fábricas. Além disso, a questão relativa à preservação do meio ambiente também não é presente no discurso dos secretários, o que confirma as constatações acima mencionadas.

Outro delineamento de política pública considerado como de economia solidária, mas que na realidade pode promover o desenvolvimento local, são os Arranjos Produtivos Locais (APLs). Os APLs são conceituados como aglomerados territoriais de agentes políticos, econômicos e sociais, os quais se concentram no desenvolvimento de um conjunto específico de atividades econômicas que estão associadas entre si (ERBER, 2008).

Assim, existe um programa em andamento na região chamado Território Empreendedor Sustentável (TES), o qual é desenvolvido também em parceria com o Sebrae e com outras instituições como ONGs, sindicatos e grupos sociais, de forma conjunta, com vários outros municípios do alto sertão. Na próxima fala, o secretário de administração explica o funcionamento do TES:

E1: existe realmente um programa com 30 municípios envolvidos [...] A gente chama de Arranjos Produtivos Locais... Então, a gente tá fazendo o do Sertão agora... Na Paraíba já tem dois grandes exemplos desses arranjos produtivos locais e a gente tá trazendo isso pra cá agora [...] TES quer dizer Território Empreendedor Sustentável. *Nós juntamos os municípios [...] dá, mais ou menos, em torno de 30 municípios... Que são atendidos pela agência Sebrae em Cajazeiras... E esses municípios estão se reunindo, todos os prefeitos, secretários, as ONGS, os sindicatos, e a população em geral, CDL, realmente todo mundo unido nessa causa... A gente quer elencar quatro grandes ações que a gente vê que pode alavancar ainda mais a região e que a gente pode trabalhar juntos. Hoje a gente tá só debatendo quais seriam esses grandes pontos né. E principalmente tem que ser tema que tenha uma grande vocação na região, né... [grifo nosso]*

Conclui-se que as ações que vêm sendo implementadas na cidade podem gerar fortes impactos no fortalecimento da economia local e, conseqüentemente, a depender do interesse da gestão, podem levar a cidade ao desenvolvimento local. Não obstante, convém destacar que aquilo que os gestores consideram como economia solidária é, na realidade, uma série de incentivos ao empreendedorismo regional. Assim, não se pode afirmar que a lógica solidária é utilizada como uma estratégia de convivência com o semiárido, uma vez que não fica claro, no discurso dos gestores, se os empreendimentos que eles desejam estimular adotariam o formato de cooperativas ou de associações.

Apesar das constatações anteriores, verifica-se que o fomento ao empreendedorismo em si também pode ser empregado como método de convivência com o semiárido, pois, segundo Spanevello (2008), os investimentos do poder público, nesse sentido, estimulam a permanência da população nos meios urbano e rural do município, o que é fundamental para a movimentação econômica do mesmo. Quando questionado acerca dos impactos que tais projetos têm gerado no corpo social, o entrevistado respondeu:

E1: infelizmente a gente tá saindo do embrionário e tá começando a trabalhar ele né [...] então é muito cedo pra gente falar, a médio prazo... A curto prazo eu posso citar somente a implementação e a tentativa da mudança na cultura... A gente tem claro, as metas desenhadas e o que a gente deseja pra o futuro..., *mas hoje, hoje eu não posso dar o resultado concreto porque a gente ainda tá nessa batalha.* [grifo nosso]

Percebe-se que os projetos de políticas públicas mencionadas ao longo desta seção ainda estão na fase de elaboração e de tomada de decisão, sendo o processo de implementação mais demorado. Isso se dá porque, segundo Agum, Riscado e Menezes (2015), os entraves relativos a essa última etapa são muito mais decorrentes de problemas políticos e de suas complexidades do que de questões técnicas ou administrativas.

Conclui-se que ainda não existem políticas de convivência efetivas (em funcionamento) capazes de gerar impactos passíveis de mensuração. Portanto, a economia solidária pode ser classificada como uma pseudopolítica, conforme categorização feita por Gustafsson (1983 apud. AGUM; RISCADO; MEZESES, 2015), tendo em vista que, embora exista a intenção de se elaborar ações, aqueles que estão à frente da gestão não dispõem de conhecimento suficiente para tanto.

No entanto, convém lembrar que esta equipe está à frente da gestão municipal desde 2016 e que, de fato, a maioria das políticas públicas de convivência devem ser implementadas com a compreensão de que os seus efeitos são vistos a longo prazo, pois exigem adaptações e mudanças culturais, como já mencionado anteriormente.

Os entrevistados ainda foram questionados quanto à percepção que possuem com relação à importância de políticas de economia solidária para o desenvolvimento econômico local. Concluiu-se que os gestores não concebem o conceito autêntico de economia solidária, pois apostam no fomento ao empreendedorismo local como estratégia de convivência com o semiárido, tendo em vista a sua capacidade de gerar renda para população.

Destaca-se, finalmente, que, apesar de ser uma estratégia diferente da economia solidária, os efeitos das políticas anteriormente mencionadas podem ser extremamente positivos para o crescimento econômico da cidade, bem como para o seu desenvolvimento, embora os impactos ambientais possam ser mais severos. Assim, na próxima seção deste estudo, serão apresentadas as considerações finais dos autores.

Considerações finais

O objetivo geral do presente estudo foi avaliar as ações desenvolvidas pela gestão pública de um município do Sertão paraibano para a convivência com o semiárido, considerando a economia solidária como uma possível alternativa. Foi possível concluir que a gestão pública municipal não tem oferecido à população políticas de convivência efetivas. Embora haja inúmeros projetos que visam, basicamente, o fortalecimento do empreendedorismo local, a maioria deles ainda se encontra no papel e necessita de fortes investimentos, não só do governo municipal, mas também do estado e da união.

De maneira geral, a administração pública municipal tem elaborado políticas que fomentam a população a empreender e gerir seus próprios negócios. Assim, por meio de parcerias entre o Sebrae e outras organizações localizadas na região, projetos têm sido traçados nesse sentido a fim de que a economia local cresça.

Deduz-se, portanto, que tais políticas podem ser importantes para o convívio dos sertanejos com a realidade semiárida, tendo em vista que disponibilizam ferramentas à população para geração de renda e permanência no território nordestino. Logo, tais ações são capazes de levar o município ao crescimento e ao desenvolvimento local, desde que agregadas com outras políticas, como as educacionais e as ambientais.

No entanto, no que diz respeito à economia solidária como estratégia de convivência com o semiárido, que é, especificamente, o foco deste trabalho, verificou-se que os gestores se equivocam naquilo que consideram como seu conceito. A ecosol propõe uma alternativa de produção ao sistema capitalista, na qual as organizações que se adequem a sua concepção serão regidas por princípios como a autogestão e a solidariedade.

Já a administração pública municipal considera como economia solidária o fortalecimento econômico da cidade, o qual pode ser alcançado por meio do fomento ao empreendedorismo local e de projetos de desenvolvimento territorial, como é o caso dos arranjos produtivos locais, citado na seção anterior. É importante salientar, todavia, que o empreendedorismo e a economia solidária não são conceitos que se anulam. Na realidade, ambos podem caminhar juntos na construção de empreendimentos baseados nos princípios solidários e que adotam os modelos de cooperativas e associações, a fim de que a sociedade possa ter acesso a um mercado mais justo e equitativo.

Para a resolução de tal obstáculo, cabe à gestão realizar adaptações nas políticas citadas em um momento anterior, no sentido de oferecer à sociedade não só a opção de um empreendedorismo convencional, pautado no lucro individual, mas também a alternativa da economia solidária, a qual é baseada no lucro compartilhado e no crescimento sustentado. Conclui-se, assim, que a economia

solidária ainda não é tida como uma estratégia de convivência com o semiárido pela gestão pública do território estudado e que, atualmente, em função do longo período de estiagem que a região tem passado, a equipe administrativa do governo tem focado suas ações no desenvolvimento de ações de enfrentamento, com o objetivo de solucionar o principal problema da população, que é a escassez hídrica.

Por se tratar de um município estratégico no Projeto de Integração do Rio São Francisco, é importante que a gestão agregue a esta política do governo federal os estímulos necessários para que a sociedade volte a produzir e passe a conviver com o semiárido. Para tanto, a economia solidária deve ser considerada uma alternativa para que os efeitos de tão grande obra venham a beneficiar as minorias.

Por fim, é importante que se faça menção ao processo de extinção da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), iniciado no ano de 2016 e consolidado em 2019, ao transformar tal entidade em um simples departamento do Ministério da Cidadania. Tal medida pode tornar o incentivo à economia solidária, no município em questão (e em todo o Brasil), ainda mais difícil do que era em uma situação anterior.

Referências

AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. **Agenda política**, v. 3, n. 2, 2015, p. 12-42.

ANDRADE, M. C. **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Ática, 1993.

ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA BRASIL). **Semiárido: É no Semiárido que a vida pulsa!** Disponível em: <<https://www.asabrasil.org.br/semiariado>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BABBIE, E. **The practice of social research**. Belmont: Wadsworth Publ., 1986.

BAPTISTA, N. Q.; CAMPOS, C. H. A convivência com o Semiárido e suas potencialidades. In: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (Org.) **Convivência com o semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo social**. Brasília/DF: IABS, 2013, p. 63-72.

BEZERRA, M. B. A crise hídrica como reflexo da seca: o Nordeste Setentrional em alerta. **Revista de Geociências do Nordeste**, v. 2, 2016, p. 623-632.

BRASIL. **Adução de água bruta e serviços públicos de irrigação**. Brasília/DF: Agência Nacional de Águas, 2018. Disponível em:

<<http://www3.ana.gov.br/regulacao/outorga-e-fiscalizacao/servicos-de-irrigacao>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)**: Projeto de Integração do Rio São Francisco com o Nordeste Setentrional. Brasília/DF: Ministério da Integração Nacional, 2004.

BRASIL. **Relatório de avaliação da execução de programa de governo N. 81 Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco na Fase de Pré-Operação**. Brasília/DF: Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, 2017. Disponível em: <<https://auditoria.cgu.gov.br/download/10679.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

CAMPOS, J. N. B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 65-88, Dec. 2014.

CAMPOS, J. N. B.; STUDART, T. M. C. Secas no Nordeste do Brasil: origens, causas e soluções. In: INTER-AMERICAN DIALOGUE ON WATER MANAGEMENT, 4., 2001, Foz do Iguaçu. **Anais** [...]. Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2001.

CANÇADO, A. C. Gestão social e economia solidária para além do mimetismo: outra gestão é possível? In: **Revista de Economia Solidária**, v. 10, p. 18-43, 2016.

CARDOSO Jr., J. C. **Brasil em desenvolvimento**: estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2010.

CASTRO, C. N. **Transposição do rio São Francisco**: Análise de oportunidade do projeto (= Texto para Discussão). Brasília: IPEA, 2011.

CERVO, A. L. **Metodologia científica**. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.

CONTI, I. L.; PONTEL, E. Transição paradigmática na convivência com o Semiárido. In: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. **Convivência com o semiárido brasileiro**: autonomia e protagonismo social. Brasília/DF: IABS, 2013. p. 29-40.

COVER, M. **“Andar pelo mundo” e “morar no sítio”**: migração, trabalho e territorialidade de famílias de agricultores do sertão paraibano. Tese (Doutorado

em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS). Campina Grande: 2015.

CUNHA, L. H; PAULINO, J. S. Convivência com o Semiárido: um novo paradigma para políticas públicas no Nordeste? In: NEVES, D.; GOMES, R.; LEAL, P. F. (Org.) **Quadros institucionais em políticas públicas**. Campina Grande, Eduepb, 2014. p. 27-58.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2017.

ERBER, F. S. Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito. **Nova economia**, v. 18, n. 1, 2008. p. 11-31.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, N. 21, 2000. p. 211-259.

GONÇALVES, C. D. B. **Impactos, conflitos e tensões do projeto de integração do Rio São Francisco no município de São José de Piranhas/PB**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP). Campina Grande, 2014.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em síntese**: São José de Piranhas-PB. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sao-jose-de-piranhas/panorama>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

KLERING, L. R. *et al.* Competências, papéis e funções dos poderes municipais no contexto da administração pública contemporânea. **Análise**, v. 22, n. 1, 2011, p. 31-43.

LIMA, T. V. P. C. **Os impactos da transposição do rio São Francisco na sua região de influência**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Universidade de Brasília (UNB). Brasília-DF: 2013.

LISBOA, A. M. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. In: **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, v. 45, n. 3, 2005. p. 109-115.

MALVEZZI, R. **Semiárido: uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, v. 22, n. 37, 1999, p. 7-32.

NASCIMENTO, D. T. **Gestão pública sustentável nos municípios**. Florianópolis: UFSC, 2000.

PEREIRA, E. K. G.; OLIVEIRA, M. A.; GONÇALVES, A. F. Economia solidária e a sua contribuição para o semiárido nordestino. **Revista Direito Ambiental e sociedade**, v. 5, n. 2, 2015. p.173-201.

RAPOSO, J. G. **Banco comunitário de desenvolvimento Jardim Botânico: gestão social comunitária e desenvolvimento local**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Aprendentes). Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Centro de Educação (CE). João Pessoa: 2014.

ROLIM, M. E. C. S. **Resgate cultural da cidade de São José de Piranhas - PB**. Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares). Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Pró-reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância (PROEAD). Campina Grande: 2014.

ROSA, E. P. **Políticas públicas de economia solidária no Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS). Porto Alegre: 2013.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, J. F.; NOBRE, F. W. O discurso da seca e da crise hídrica: uma análise do Cinturão das Águas do Ceará. **Sustentabilidade em Debate**, v. 7, 2016, p. 22-37.

SILVA, R. M. A. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semiárido. **Sociedade e Estado**, v. 18, n. 1/2, 2003, p. 361-385.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-43.

SINGER, P.; SILVA, R. M. A.; SCHIOCHET, V. Economia solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no Plano Brasil sem miséria. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Org.) **O Brasil sem miséria**. Brasília/DF: MDS, 2014.

SOUSA, J. A.; RIBEIRO, E. Transposição do Rio São Francisco e seus efeitos sobre o território. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Vitória - ES, 2014.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, 2006. p. 20-45.

SPANNEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR). Porto Alegre: 2008.

VELOSO, J. F. A.; MONASTERIO, L. M.; VIEIRA, R. S.; MIRANDA, R. B. Uma visão inicial dos subsistemas da gestão pública municipal. **Gestão municipal no Brasil: um retrato das prefeituras**. Brasília/DF: IPEA, 2011, p. 11-40.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Ana Thorell. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Endereço para correspondência:

Adrielle Mercia Souza de Assis – adriellemerciam2016@gmail.com
Rua Alfredo Lustosa Cabral, s/n – Salgadinho
58706-560 Patos/PB, Brasil

Felipe César da Silva Brito – felipecesar701@gmail.com
Rua Alfredo Lustosa Cabral, s/n – Salgadinho
58706-560 Patos/PB, Brasil

